



Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. - CNPJ/MF: 44.587.796/0001-04											
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 08 DE OUTUBRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Balanco patrimonial			Demonstração dos resultados			Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Demonstração do fluxo de caixa		
Ativo	Nota	2022	2021	Nota	2022	08/10/2021 a 31/12/2021	Capital Social	Lucro (Prejuízos)	Fluxos de caixa	2022	08/10/2021 a 31/12/2021
Circulante							Subscrito	Acumulados	das atividades operacionais		
Caixa e equivalente de caixa	4	13	-	Despesas operacionais	10	(13)			Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(13)	-
Não circulante				Prejuízo operacional		(13)			Aumento/diminuição em ativos e passivos		-
Intangível	5	8	-	Resultado financeiro	11	-			Fornecedores	5	-
Total do ativo		21	-	Prejuízo antes do IR e CS		(13)			Contas a pagar - Partes relacionadas	16	-
Passivo				Prejuízo do exercício	12	-			Recursos provenientes pelas atividades operacionais	8	-
Circulante				Prejuízo por ação - em reais		(1)			Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	8	-
Fornecedores	6	5	-	Demonstração dos resultados abrangentes					Aquisições do intangível	(8)	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	7	16	-						Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento	(8)	-
Não circulante									Fluxos de caixa de atividades de financiamento		-
Total do passivo		21	-						Aumento de capital social	13	-
Patrimônio líquido	9	-	-						Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de financiamento	13	-
Capital social		13	-						Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	13	-
Prejuízos acumulados		(13)	-						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		21	-						Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	13	-
									Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2022 e período de 08/10/2021 a 31/12/2021

1 Informações gerais: A Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. ("SPE Arinos 7" ou "Companhia"), constituída em 08/10/2021, tem por objeto social geração de energia elétrica de fonte solar, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração dos parques solar denominados "UFV Arinos 7" com potência instalada de 48,118 MW. A Companhia está sendo desenvolvida para construção em Arinos/MG e com previsão de conclusão da construção em 2024. **1.1 Autorização do Parque Solar Arinos 7 SPE S.A.:** A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 7 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos da Resolução Autorizativa nº 10.1744 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.260/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. **1.2 Capital circulante líquido negativo:** Em 31/12/2022, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no valor R\$ 8. Havendo necessidade de capital de giro adicional, a acionista se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra suas obrigações. **2 Apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 22/05/2023. **2.2 Bases de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.5 Demonstração dos resultados abrangentes:** A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do período. **2.6 Demais políticas contábeis:** As demais políticas contábeis estão descritas detalhadamente na Nota 14. **3 Gerenciamento de riscos.** **3.1 Fatores de risco financeiro.** **3.1.1 Risco de liquidez:** O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. Os recursos financeiros para investimentos da construção das usinas eólicas foram obtidos através dos aportes de capital realizados por sua controladora e empréstimos com as mesmas. Tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado. Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2022 e 2021:

	Entre um e dois anos		Entre dois e cinco anos		Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	de cinco anos	
Em 31/12/2022					
Fornecedores	5	-	-	-	5
Contas a pagar - Partes relacionadas	16	-	-	-	16
Em 31/12/2021					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	-	-

3.2 Riscos regulatórios: A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	13	-
	13	-

5 Intangível: O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Arinos antes do início da construção do parque.

	2022		2021	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em curso				
Gastos desenvolvimento	8	8	-	-
Total do intangível em curso	8	8	-	-
Total do intangível	8	8	-	-

5.1 Movimentações entre 2022 e 2021:

	Valor líquido em 2022		Valor líquido em 2021	
	Ingressos	Excessos	Ingressos	Excessos
Intangível em curso				
Gastos desenvolvimento	8	8	-	-
Total do intangível	8	8	-	-

6 Fornecedores

	2022	2021
Desenvolvimento - serviços	5	-
Total	5	-

7 Partes relacionadas: A Companhia possui transações com as empresas do grupo Voltalia como segue:

	2022	2021																																				
Circulante																																						
Voltalia Energia do Brasil Solar Arinos S.A.	(2)	-																																				
Solar Arinos S.A.	(1)	-																																				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	(3)	-																																				
Total circulante	(6)	-																																				
Não circulante																																						
8 Contingências: A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis. 9 Patrimônio líquido. 9.1 Capital social: Em 08/10/2021, as acionistas Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Voltalia S.A. integralizaram 100 ações ordinárias sem valor nominal no valor de R\$ 100,00. Conforme AGE datada de 04/04/2022, foi autorizado pelas acionistas Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Voltalia S.A. a transferência de 100 ações no valor de R\$ 100,00, ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de um real cada, para a nova acionista Solar Arinos S.A. Conforme livro de ações da Companhia, datado em 05/09/2022 foi autorizada a transferência de ações de 51 ações da acionista Solar Arinos S.A. para Voltalia Energia do Brasil Ltda da mesma detida na companhia de que é proprietária e, de acordo com a relação à margem, com todos os direitos e obrigações constantes do Estatuto social. Conforme AGE datada de 29/09/2022, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 13.000 mediante emissão de 13.000 ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de um real cada, a acionista Solar Arinos S.A. renunciou ao seu direito de preferência na subscrição de ações e foram emitidas as ações pela acionista Voltalia Energia do Brasil Ltda. O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R\$ 13.100, subscrito e integralizado conforme descrito abaixo: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Quantidade de ações</th> <th>%</th> <th>Valor</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Voltalia Energia do Brasil Ltda</td> <td>13.051</td> <td>100%</td> <td>13</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Solar Arinos S.A.</td> <td>49</td> <td>0%</td> <td>-</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>13.100</td> <td>100%</td> <td>13</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table> <p>9.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. A Companhia não apresentou lucro em 31/12/2022.</p> <p>10 Despesas administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>08/10/2021 a 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(13)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(13)</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>11 Resultado financeiro: A Companhia não possui aplicações financeiras em instituições bancárias no Brasil ou no exterior. Não ocorrendo receitas financeiras e as despesas geradas foram de valores abaixo de um mil reais. 12 Imposto de renda e contribuição social: A Companhia não possui impostos e contribuições em valores acima de um mil reais. 13 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas. Não está incluída, no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.</p> <p>Apólice</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Término da vigência</th> <th>Importância segurada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Risco de engenharia - FAIRFAX</td> <td>31.12.2024</td> <td>210.000</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil geral - HDI GLOBAL</td> <td>31.12.2023</td> <td>161.000</td> </tr> </tbody> </table> <p>14 Principais práticas contábeis adotadas. 14.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 14.2 Intangível. 14.2.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 14.2.2 Ativos Intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. 14.2.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. 14.3 Redução ao valor recuperável (impairment). 14.3.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 14.3.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2022, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. 14.4 Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. 14.5 Tributação. 14.5.1 Tributos sobre a receita operacional: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Nome do tributo (Sigla) -> Alíquotas. Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%; Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%. Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 14.5.2 Tributos sobre o lucro. Impostos correntes: O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido em 2022. De acordo com a sistemática do Lucro Presumido, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. 14.6 Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 14.7 Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 14.8 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 01/01/2022: As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2022 foram as seguintes: • Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato (alterações no IAS 37/CPC 25): Alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido (alterações no IAS 16/CPC 27): Alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Referências à Estrutura Conceitual (alterações no IFRS 3/CPC 15 (R1)): As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. • IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. • IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. • IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. 14.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alteração do IFRS 4 "Contratos de Seguros": Em maio de 2017, o IFRS 17 foi emitido como substituto do IFRS 4, o qual requer um modelo de mensuração atual onde as estimativas são remensuradas em cada exercício de relatório. A norma permite a escolha entre o reconhecimento de mudanças nas taxas de desconto na demonstração do resultado ou diretamente em outros resultados abrangentes. Em julho de 2020, uma série de alterações foram feitas, de modo a facilitar a aplicação da norma, além de terem adiado a efetiva aplicação da norma para janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": Emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao exercício atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou o "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.</p>		Quantidade de ações	%	Valor	%	Voltalia Energia do Brasil Ltda	13.051	100%	13	100%	Solar Arinos S.A.	49	0%	-	0%	Total	13.100	100%	13	100%		2022	08/10/2021 a 31/12/2021	Serviços de terceiros	(13)	-	Total	(13)	-		Término da vigência	Importância segurada	Risco de engenharia - FAIRFAX	31.12.2024	210.000	Responsabilidade civil geral - HDI GLOBAL	31.12.2023	161.000
	Quantidade de ações	%	Valor	%																																		
Voltalia Energia do Brasil Ltda	13.051	100%	13	100%																																		
Solar Arinos S.A.	49	0%	-	0%																																		
Total	13.100	100%	13	100%																																		
	2022	08/10/2021 a 31/12/2021																																				
Serviços de terceiros	(13)	-																																				
Total	(13)	-																																				
	Término da vigência	Importância segurada																																				
Risco de engenharia - FAIRFAX	31.12.2024	210.000																																				
Responsabilidade civil geral - HDI GLOBAL	31.12.2023	161.000																																				

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/0-7

Aos Administradores e acionistas da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. Arinos - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da Companhia para o período findo em 31/12/2021, para fins de comparação não foram examinadas

por nós e nem por outros auditores. Realizamos procedimentos nos saldos iniciais. Nossa opinião não está ressalvada sobre o assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F55F-E64F-2761-6D65> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F55F-E64F-2761-6D65



Hash do Documento

RfxC/pXpn98J3vAhouENru1wMu0RpHv0xoP3hsauMek=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/06/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 07/06/2023 22:22 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

